tigo 12.º do Código Administrativo, emitiram parecer favorável a esta aspiração daquela freguesia.

Pelo que:

Tendo em vista o que fica dito e o n.º 2.º do citado artigo 12.º;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É elevada à categoria de vila a povoação de Ermezinde, sede da freguesia do mesmo nome, do concelho de Valongo, do distrito do Pôrto.

Publique-se e cumpra-se como nêles se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Julho de 1938. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 28:837

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Interior, um crédito especial da quantia de 1.800\$, para pagamento da renda de uma casa destinada a depósito de livros e impressos da Imprensa Nacional de Lisboa, devendo a mesma importância constituir a alínea b) do n.º 1) do artigo 61.º, capítulo 3.º, do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios, sob a rubrica «Renda de uma casa destinada a arrecadação de livros e impressos».

Art. 2.º É anulada a importância de 1.800\$ na verba inscrita no n.º 2) do artigo 57.º dos citados capítulo e orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêles se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Julho de 1938. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 28:838

Com fundamento no artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada

pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Justiça, um crédito especial da quantia de 580\$, destinado à aquisição de um armário para o Arquivo Geral do Registo Criminal e Policial, devendo a mesma importância constituir a alínea b) «Mobilário», do artigo 353.º, capítulo 7.º, do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios.

§ único. A verba de 6.000\$ consignada a «Máquinas, aparelhos, instrumentos e utensílios» passará a constituir a alínea a) do referido artigo 353.º

Art. 2.º É anulada a importância de 580\$ no artigo 358.º, capítulo 7.º, do orçamento do Ministério da Justiça para o ano económico corrente.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêles se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Julho de 1938. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto-lei n.º 28:839

Antes de mais nada convém dar uma explicação, que se aplica não só ao presente caso como a muitos outros: dada a complexidade da vida e da orgânica de uma marinha de guerra, a reforma de certo sector tem de conformar-se, na sua ligação com outros, à estrutura destes. Como consequência, as reformas reagem umas sobre as outras e cada uma que aparece pode obrigar a retoques nas anteriores.

Esta circunstância, aliada à ideia e à necessidade de se aperfeiçoar continuamente o que se fez, constitui a principal razão da publicação deste decreto-lei.

No relatório que precedeu a reforma da Escola Naval dizia-se que seria interessante regressar à forma tradicional de reservar a designação de guarda-marinha para as praças do corpo de alunos da armada, mas que o problema deveria ser resolvido noutro lugar. Foi-o já no Estatuto dos Oficiais da Armada, com a adopção do posto de sub-tenente para os oficiais que até então eram guardas-marinhas.

Por este decreto se define a posição do actual guarda-marinha na escala de hierarquias dos militares da armada e a sua correspondência no exército.

Tomada esta posição, aproveita-se a oportunidade para simplificar a orgânica do corpo de alunos da armada com a eliminação do posto de aspirantes; os cadetes passam a ser promovidos directamente a guardas-marinhas, fundindo-se consequentemente num só o 3.º e o 4.º períodos de instrução prática a bordo para os alunos da classe de marinha.